AÇÕES CONTRA DENGUE

# Recurso não foi usado em razão de "controle de gastos"

## Relatório mostra irregularidade no uso de dinheiro pelo Estado

**NATALIA YAHN**

Decreto estadual publicado pelo governador Reinaldo Azambuja no dia 2 de janeiro de 2015 adiou a aplicação de recursos federais destinados a ações de Vigilância em Saúde no combate ao mosquito Aedes aegypti - que transmite dengue, zika e chikungunya - em Mato Grosso do Sul. A Secretaria de Estado de Saúde (SES) justificou que a administração estadual determinou "controle de gastos públicos" por conta da transição de Governo e a indisponibilidade financeira na época. Porém recursos na ordem de R$ 18,1 milhões, destinados pelo Ministério da Saúde, deixaram de ser usados ou foram destinados de forma irregular, de acordo com investigação da Controladoria-Geral da União (CGU/MS).

Durante período de 100 dias - entre 1º de janeiro e 15 de abril de 2015 -, quando Azambuja assumiu o cargo "foram priorizados serviços internos e ações emergenciais inerentes as competências da gestão de modo geral, incluindo também as ações da Vigilância em Saúde". A justificativa da SES não foi aceita pela CGU, que em relatório do Programa de Fiscalização em Entes Federativos apontou irregularidades no uso de R$ 8.714.503,31, de janeiro de 2015 e fevereiro de 2016).

**RISCOS.** Descuido da população agrava o problema de má gestão de recursos públicos para ações de combate ao Aedes aegypti

Investigação realizada pelo órgão federal entre 14 e 28 de agosto de 2016, concluiu que a SES estava sujeita a devolver recursos na ordem de R$ 8,7 milhões, transferidos pelo Ministério da Saúde, devido "a baixa execução financeira". A não utilização dos valores "faria concluir que o Estado (...) estivesse apresentando índices epidemiológicos satisfatórios", porém a situação em Mato Grosso do Sul é de grave epidemia com 36 mortes por dengue e 104.289 casos notificados da doença entre janeiro de 2015 e setembro deste ano.

Mesmo com a determinação estadual a SES utilizou mais de R$ 1,6 milhão no período de 100 dias, deste total R$ 462 mil em gastos vedados pelo decreto. Além disso, no período de 13 meses investigados pela CGU, foram debitados mais de R$ 9,4 milhões para apenas 14 contas correntes diferentes da estrutura do governo e Fundos Municipais de Saúde do Estado. Decreto federal de 2011 veda transferência em favor de titulares que não sejam fornecedores para preservar a rastreabilidade da aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). A ação irregular do Governo do Estado comprometeu a rastreabilidade dos recursos, pois não foram identificadas documentações comprobatórias para R$ 123.583,60 dos débitos no período, além de R$ 3,4 milhões debitados de forma irregular.

A prefeitura afirmou que ainda vai analisar o relatório para se manifestar quanto ao problema.

**Saiba**

### Levantamento será enviado a ministério

**O levantamento realizado pela CGU foi encaminhado ao Ministério da Saúde, que deverá adotar medidas preventivas e corretivas para melhorar a execução dos programas federais. A SES também pode ser responsabilizada pelas irregularidades apontadas.**

DECISÃO

# Transporte em vans se tornou ilegal em MS

**RODOLFO CÉSAR**

O transporte em lotação de até 20 passageiros passou a ser ilegal desde decisão judicial concedida nesta semana. O juiz Marcelo Ivo de Oliveira, da 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, deferiu pedido feito em ação popular movida por Aylton Batista Ribeiro, que foi secretário executivo do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Mato Grosso do Sul e integrante do Conselho Estadual de Trânsito, por meio do escritório Avelino Duarte Advogados Associados.

A medida judicial tornou sem efeito a portaria nº 27, da Agência Estadual de Regularização de Serviços Públicos de MS (Agepan). Ela autorizava a exploração dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal a operadores autônomos para fazer viagens de até 120 quilômetros com no máximo 20 passageiros.

A principal contestação na ação era de que a Agepan publicou a portaria, mas não lançou processo licitatório para efetivar o serviço.

"A redação do artigo 175 da Constituição Federal não abre espaço para a almejada permissão do serviço de transporte na modalidade autorização e sem o prévio procedimento licitatório. A outorga da prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros deve ser feita de acordo com os ditames legais, haja vista ocorrer afronta à Constituição quando a administração pública firma contrato de concessão de serviço público sem licitação", escreveu o juiz na sentença.

A Agepan chegou a argumentar que Aylton não representaria a coletividade para mover o processo. Também afirmou que a normativa permitia apenas a autorização, não concessão ou permissão.

O órgão público informou que vai recorrer da sentença e confirmou que nesta semana não está emitindo novas autorizações aos autônomos. Contudo, as empresas que já estão operando continuam trabalhando até nova ordem.

**AUTORIZAÇÃO**

Em Mato Grosso do Sul, de acordo com o site da Agepan, existem dez empresas autorizadas a realizar o transporte regular de passageiros.

O serviço concedido aos autônomos foi normatizado como forma de tentar complementar a demanda, que não é atendida pelas empresas com linha de ônibus intermunicipal. A autorização concedida é denominada como precária até que haja expansão do sistema.

A Agepan divulgou que mesmo quem tem a autorização precária é submetido à fiscalização e as tarifas são definidas pela agência.

BRUNO HENRIQUE

### ARARAS TÊM CASA "REFORMADA"

Ninho de arara-canindé foi reformado, ontem, durante ação de biólogos, bombeiros e militares em Campo Grande. Havia risco de queda da estrutura, uma vez que o babaçu escolhido pelas aves estava condenado e ameaçava cair sobre avenida no Bairro Morada Verde. Larissa Tinoco, bióloga do Instituto Arara-Azul, acessou o tronco, onde havia dois filhotes.

PARALISAÇÃO

## Professores param hoje em adesão a protesto nacional

**Os professores de Campo Grande das redes municipal e estadual de ensino realizam hoje protestos ligados ao Dia Nacional de Paralisação, convocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A concentração começa a partir das 8h na sede da Associação Campo-grandense de Professores (ACP). Depois, os professores saem em passeata pelas ruas e avenidas do centro da cidade (7 de Setembro, Rui Barbosa, Afonso Pena, 14 de Julho, Cândido Mariano, 13 de Maio e 7 de Setembro). O protesto será em defesa da lei do piso e contra as medidas, como as relativas à Reforma da Previdência.**

COMBATE AO CÂNCER

## Documentos de área doada são regularizados após 26 anos

**A documentação de área na antiga fazenda Bandeira, no alinhamento da Avenida Filinto Muller, região urbana do Anhanduizinho em Campo Grande, doada à Associação Campo-Grandense de Combate ao Câncer – Rede Feminina estava com documentação irregular até ontem. O secretário interino de Administração e Desburocratização, Édio de Souza Viégas, e a diretoria da entidade conseguiram regulamentar a documentação necessária. Agora, a discussão é sobre o que será feita com a área.**

INVESTIMENTO

## Santa Casa busca parceria para construir heliponto

**A Santa Casa de Campo Grande busca apoio para construção de heliponto na cobertura do hospital. Nesta semana, o presidente da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa, Dr. Esacheu Nascimento, se reuniu com o tenente-coronel aviador Daniel Cavalcante, da Base Aérea, para conseguir apoio para a obra. Com o heliponto, o presidente avalia que haveria maior agilidade no transporte de pacientes graves distantes da Capital. Atualmente, o hospital utiliza um ponto no gramado em frente ao hospital para este tipo de operação.**

CORRUPÇÃO

# Ex-assessor de Olarte é preso no Pará

**ALINY MARY DIAS**

Foi preso na noite de terça-feira (20), depois de 20 dias de seu desaparecimento, o ex-assessor de Gilmar Olarte Ronan Feitosa de Lima. Ele foi detido na cidade de Tracuateua, na região nordeste do Pará.

Ronan estava com mandado de prisão expedido desde o fim do mês passado, quando oficial de Justiça tentou notificar o ex-assessor, que desapareceu.

Segundo sites paraenses, Ronan foi detido enquanto estava em um veículo estacionado em frente da casa de amigos. O ex-assessor foi levado pelos policiais para delegacia de polícia de cidade vizinha e deve ser encaminhado hoje para Belém e só depois ser transferido para Campo Grande.

**O CASO**

No dia 31 de agosto, o desembargador Luiz Claudio Bonassini da Silva determinou a prisão de Ronan, mas, em cumprimento ao mandado, oficial de Justiça informou que o acusado não foi localizado. O endereço que ele tinha informado ao Judiciário era no bairro Tiradentes.

O advogado que o defendia foi destituído e informou à Justiça que a última vez que houve contato com o réu foi em 18 de julho deste ano. Devido aos rumos do processo, o desembargador relator da ação determinou que Luiz Márcio dos Santos Feliciano apresente alegações finais no prazo de 15 dias.

**DENÚNCIA**

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) fez investigação contra Olarte, Ronan Feitosa e Luiz Márcio. Os três foram acusados de formação de quadrilha e se utilizarem de influência política para obterem cheques em branco assinados e o descontarem com agiotas. As folhas eram obtidas mediante promessa de ajuda política, empregos futuros e participação na administração municipal de Campo Grande com a posse de Gilmar Olarte, que até então era vice-prefeito.

Ronan trabalhava como assessor de Olarte no esquema, segundo o Ministério Público Estadual. Luiz Márcio estava ligado ao prefeito afastado por pertencer à mesma igreja. Os crimes cometidos pelos investigados, segundo o Ministério Público, foram corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

WhatsApp ENVIE SUA NOTÍCIA 67 99971-4437 CORREIO DO ESTADO CREDIBILIDADE DE LÍDER